

Notícias desalinhasdas de crianças em linha. Como a imprensa configura riscos e oportunidades da Internet

Cristina Ponte* e Daniel Cardoso**

Resumo

Neste artigo apresentam-se tendências da imprensa portuguesa no tratamento da relação de crianças com as novas tecnologias, encontradas em análises de imprensa sobre jornais de informação geral e orientados para as famílias. Marcadas pela escassez relativamente a outras temáticas sobre crianças, centradas sobretudo no *offline*, essas notícias permanecem contudo fiéis aos guiões dominantes da cobertura jornalística sobre a infância: a criança vítima e em risco sexual, e a criança transgressora. No âmbito de um estudo comparado europeu em curso, estes resultados permitirão identificar semelhanças e diferenças nos modos como os *media* noticiosos de cada país configuram os discursos públicos transnacionais sobre as tecnologias e marcam a seu modo a (i)literacia digital.

Palavras-chave: Crianças e Internet; Notícias; Projecto EU Kids Online; Análise de imprensa

Introdução

O aumento de notícias sobre crianças e questões com elas relacionadas tem vindo a ser sublinhado em estudos longitudinais sobre a cobertura jornalística da infância realizados em vários países, nas últimas décadas. Apesar contudo da afirmação dos seus direitos de cidadania, introduzidos pela Convenção de 1989, e da identificação da enorme vulnerabilidade em que se encontram milhões de crianças de todo o mundo nos contextos da globalização, o que se encontra sobretudo nas notícias sobre crianças e seus contextos são focos em casos singulares, nos espaços locais, uma bem maior orientação

* Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Projecto EU Kids Online (coordenadora nacional) (cristina.ponte@fcs.unl.pt).

** Licenciado em Ciências da Comunicação pela FCSH-UNL. Projecto EU Kids Online.

para as famílias e as suas ansiedades do que uma interpelação dos problemas e desafios no quadro de políticas públicas de infância.

Nas sociedades contemporâneas de ritmo acelerado de mudança social e económica, os contornos de ansiedade e de incerteza com que as famílias lidam com a situação presente e futura dos seus filhos, alimenta todo um discurso das notícias, orientador e marcador entre a identificação de perigos e ameaças (os riscos negativos) e de oportunidades e desafios (os riscos positivos) para as *suas* crianças. No seu estudo longitudinal sobre uma década nos grandes jornais norte-americanos, David Altheide (2002) destaca como as crianças se tornaram instrumentais para sublinhar a centralidade do risco e dos perigos da vida corrente. A crescente visibilidade de um “discurso do medo”, sobretudo associado a termos como “crianças”, “escola” e “bairros”, nas notícias contribuiria para uma alteração das percepções sobre o mundo e das suas geografias. Considera o autor que direccionar o medo numa dada sociedade equivale a exercer o controlo sobre essa sociedade, e que o uso recorrente dessas conexões simbólicas no discurso público assenta em medos colectivos que transformam as percepções sociais de ambientes seguros e sob controlo.

O discurso do risco associado ao discurso do aconselhamento, dirigido a pais e educadores cada vez mais considerados como responsáveis singulares pelas decisões de risco que envolvem os seus filhos, tem vindo a alimentar de forma notória os conteúdos dos meios de comunicação social (Ponte, 2005, 2007a). Torna-se assim relevante apreciar as características do discurso noticioso enquanto discurso público e impõe-se a necessidade da leitura crítica dos seus conteúdos, também numa perspectiva de literacia.

Como defende Sonia Livingstone, coordenadora do Projecto EU Kids Online onde esta investigação se situa e que adiante apresentaremos, “a própria literacia dos *media* precisa de ir além de uma definição focalizada nas capacidades dos utilizadores (acesso, análise, avaliação e produção de conteúdos), para considerar os ‘acordos de conhecimento social’ implicados nos seus textos e tecnologias, nos seus usos sociais e institucionais e ainda nos modos como esses acordos são geridos, nomeadamente pelos *media*, pelo governo, pelas políticas de educação e pelas empresas” (Livingstone, 2004).

Averiguar de que forma(s) é que os *media* noticiosos contribuem para a literacia das suas audiências em matéria da relação das crianças com as novas tecnologias será então o fio condutor deste artigo, centrado na imprensa portuguesa. De que modos é que os meios noticiosos, como narrativas míticas contemporâneas sobre a realidade (Carey, 1988), marcadas também pela globalização e a intensificação das trocas, são cruzadas pelos olhares nacionais dos seus profissionais, no que se refere às considerações de risco sobre as *suas* crianças?

(In)visibilidades do *online* nas notícias sobre crianças na imprensa portuguesa

Uma pesquisa sobre a cobertura jornalística de crianças (0-14 anos) em dois jornais nacionais, *Público* e *Diário de Notícias*, em 2000¹, durante todo o ano e cobrindo notícias de crianças até aos 14 anos, e actualizada cinco anos depois, evidenciou situações de

¹ Foram tidos em conta para a recolha do *corpus* as edições diárias e as revistas publicadas ao domingo, nestes jornais.

risco social como as mais presentes nas notícias sobre crianças, muitas vezes incidindo no acompanhamento de casos singulares de grande dramatismo e favorecedores de um tratamento de folhetim (Ponte, 2007b). Disputas legais pelo exercício do poder parental em 2000, e maus-tratos físicos extremos que levaram à morte de crianças, em 2005, foram as grandes histórias jornalísticas, suscitadoras não só de notícias mas também de análises sobre o desrespeito pelos direitos das crianças por parte de instâncias públicas e políticas.

Não constituindo em regra histórias com continuidade, destaca-se contudo entre os temas da criança em risco a ameaça sexual. Em 2000, nestes dois jornais a pedofilia via Internet, os raptos e tráfico de crianças proporcionados por redes, eram então os principais conteúdos sobre risco sexual, com as notícias a provirem sobretudo de outros países europeus. Em 2005, três anos depois do caso Casa Pia ter destacado o abuso sexual de crianças como escândalo nacional, este tema duplicou e nacionalizou-se nestas notícias. Na forma de breves, foi frequente a referência a detenções de “alegados pedófilos” por todo o país, contribuindo esse risco sexual para a configuração de espaços reais (a rua, os vizinhos, estranhos) como perigosos e inseguros.

O alargamento da pesquisa em 2005 a mais dois jornais de informação geral (*Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*) e o prolongamento até aos 18 anos, continuou a evidenciar uma relativa escassez de notícias sobre este tema, quer do prisma dos seus riscos quer das potencialidades trazidas pelas novas características da rede, nomeadamente de produção e partilha. Embora o novo governo fizesse do “choque tecnológico” uma das suas bandeiras e anunciasse programas ambiciosos para a sua realização, embora adolescentes e jovens estejam entre os maiores utilizadores das novas tecnologias, da Internet ao telemóvel, e lhes seja apontado um papel de liderança na adesão das famílias aos novos meios, a agenda das oportunidades esteve ainda mais afastada das notícias do que a (tradicional) agenda dos riscos, dominada pelo risco sexual.

De um total de 5 462 peças recolhidas nos quatro jornais em 2005, apenas 77 referiam acontecimentos e questões associadas com o acesso e uso da Internet por parte de crianças e jovens, e destas cerca de um terço situavam-se no âmbito de actividades escolares e para o seu uso enquanto alunos. O risco sexual continuava a dominar: os itens nacionais referiam sobretudo acções bem sucedidas por parte das forças policiais no desmantelamento de redes de pedofilia ou a denúncia de que era possível a conteúdos pornográficos em bibliotecas públicas frequentados por crianças. Uma das escassas excepções a este discurso do risco apareceu contudo em manchete, no *Diário de Notícias*, contrariando a associação entre o domínio da linguagem SMS e os maus resultados escolares a português.

Algumas (escassas) notícias apontavam outros riscos, associados ao telemóvel, a insegurança ligada a delinquência (aparelhos roubados a crianças ou por crianças). Nas notícias vindas de fora do país, a agenda era mais alargada e o protagonismo de crianças mais acentuado: para além de estudos sobre riscos para a saúde derivados de radiações, era noticiada a dependência dos telemóveis, a sua produção de conteúdos sexuais, violentos e difamatórios, ou o plágio em trabalhos escolares.

No cômputo de um ano, pode-se portanto constatar que o discurso da imprensa de informação geral foi marcado sobretudo pela escassez de atenção ao tema dos acessos

e usos, potencialidades e riscos do *online* nas crianças portuguesas, com excepção para os riscos sexuais, num contexto político favorável a um discurso positivista sobre o papel mobilizador das novas tecnologias na modernização da sociedade portuguesa, marcado por um certo determinismo tecnológico. A desatenção na agenda dos *media* aos quotidianos de crianças e jovens e à expressão da sua voz não terá sido por isso capaz de interpelar os “acordos de conhecimento social” subjacentes a essas políticas: que acessos (reais) têm e que usos fazem das novas tecnologias, que oportunidades e que riscos experimentam, que ambientes sociais e educacionais (de regulação, de literacia e de *empowerment*) envolvem e condicionam esse uso?²

Riscos e oportunidades: a pesquisa comparada do Projecto EU Kids Online

Liderado por Sonia Livingstone, investigadora com larga pesquisa sobre a relação de crianças e jovens com as novas tecnologias e os seus contextos, o projecto europeu EU Kids Online (2006-2009) reúne 21 países europeus e tem como principais objectivos inventariar, comparar e analisar a investigação realizada sobre os usos e os contextos de utilização da Internet e dos novos *media* por crianças e jovens nos diversos países envolvidos. Procura por isso identificar padrões de semelhanças e de diferenças entre os resultados encontrados nos vários países. Deste projecto deverão ainda surgir igualmente recomendações que sirvam de apoio a políticas públicas no sector, bem como orientações metodológicas que forneçam uma base de trabalho para futuras investigações na área.

Para as perguntas a que se propõe responder esta meta-pesquisa – *se e como* variam em cada país as questões investigadas e *porque* variam – o projecto traçou um dispositivo de análise ambicioso e que tem vindo a testar e a aperfeiçoar. É do andamento de um desses passos, a análise comparada do discurso dos *media*, que daremos conta adiante.

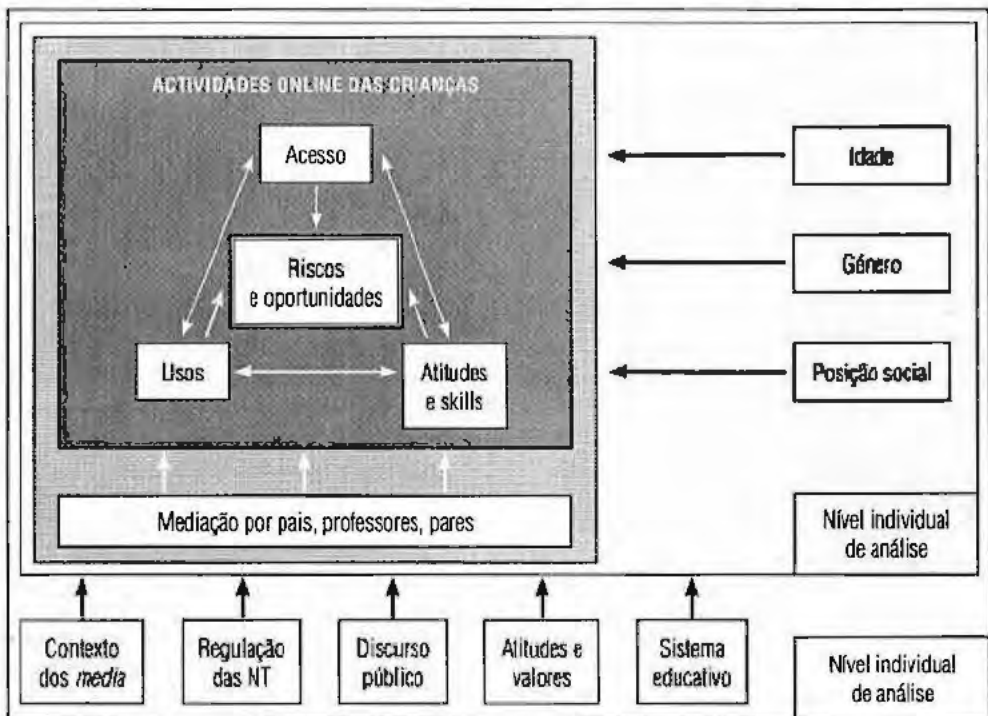
Considera-se que, para pensar a literacia e a cidadania digital experimentada pelos mais novos, nos seus acessos, usos, competências e saberes, um primeiro enquadramento passa naturalmente por os situar no seu contexto individual e de proximidade, tendo em conta variáveis como a idade, sexo, meio social, ambiente familiar, escola, amigos e pares, pelas quais essa relação é incontornavelmente marcada. Mas importa também ir mais longe e ter presente o contexto mais amplo, em que essas relações se processam. Nesse contexto mais amplo, de carácter nacional, mas marcado inevitavelmente por tendências transnacionais e globais, interferem dimensões como o grau de penetração social das novas tecnologias, as políticas de regulação, as atitudes e valores colectivos, o sistema educativo, os discursos públicos.

² Uma outra recolha na imprensa regional e em revistas orientadas para famílias, identificou 119 peças sobre crianças e Internet publicadas em 2005. Embora o discurso do risco fosse dominante, um quarto das peças apontava soluções para problemas de segurança, o que estava ausente na imprensa de informação geral, esta marcada pelo domínio das breves. Apenas uma em dez destas peças apresentavam uma perspectiva equilibrada, conjugando riscos e oportunidades, e não mais de 6% incidiam sobre as potencialidades do *online*. Conteúdos “desadequados a crianças”, que afectariam o seu desenvolvimento social e emocional, eram os riscos mais referidos, seguidos de efeitos prejudiciais para a concentração nos estudos, a saúde e o bem-estar psíquico, como a adicção. Nesta imprensa de particular proximidade com os leitores, a protecção das *nossas crianças* sobrepunha-se assim à sua capacitação para tirar partido das potencialidades do meio com os seus filhos ou para uma maior literacia digital que lhes permitisse um acompanhamento mais próximo das suas actividades *online*.

O Quadro I apresenta de forma sistematizada essa estrutura. Colocando no centro o desafio de identificar riscos e oportunidades de actividades *online* por crianças, fá-las depender numa primeira instância das condições de acesso, de uso, as atitudes e as capacidades (*skills*) de que dispõe cada criança nessa relação com a tecnologia. Esse perfil de relação é ainda fortemente mediado pelo seu ambiente familiar, pela escola e pelas suas vivências de aluno, e por relações estreitas com os outros que lhe estão próximos (os seus pares). A pesquisa já encontrada sugere que a idade, o género sexual e a posição socioeconómica em que se situa são também variáveis independentes nas formas como se manifestam acessos e usos – e os consequentes riscos negativos e oportunidades.

A este nível de análise que se situa numa dimensão essencialmente individual há contudo que estender um nível mais amplo de contextualização, aquilo que constitui a particularidade de cada país em que vivem as crianças. Apesar dos contextos de globalização, é prudente não perder de vista a importância dos contextos locais e nacionais, das dinâmicas colectivas e das histórias e trajectórias que marcam os seus ambientes. Activando uma pesquisa comparada em que cada país conta como objecto de análise por si mesmo, e como contexto de estudo e unidade de análise para verificação de hipóteses gerais (Hasebrink *et al.*, 2007), contribuem para o nível nacional de análise patamares como o seu contexto dos *media*, as políticas de regulação das novas tecnologias, o discurso público (entre ele, o dos *media* noticiosos), as atitudes e valores e o sistema educativo.

Quadro 1 – Estrutura do campo de pesquisa



Fonte: EU Kids Online (www.eukidsonline.net)

Neste sentido, uma das atenções do Projecto vai para a comparação dos diferentes contextos nacionais que compõem o friso dos 21 países envolvidos, e um dos pontos de comparação vai precisamente para o que constitui a agenda das notícias sobre crianças e novas tecnologias, em cada país, num mesmo momento.

A anteceder a construção e aplicação de uma grelha comum para essa comparação foi realizado um estudo piloto que envolveu Portugal, a Polónia e o Reino Unido e que teve também esta dimensão do discurso noticioso em foco. Na cobertura de imprensa realizada em dois meses finais de 2006, e apesar de os critérios e condições de recolha terem variado ligeiramente, foi possível evidenciar diferenças assinaláveis no grau de presença do tema nos *media*. Na Polónia, que incidiu nos principais jornais do país, o foco nas oportunidades suplantava o foco nos riscos e quando estes apareciam não adquiriam um carácter sensacionalista nem uma tonalidade de pânico moral. A perspectiva positiva sobre acessos e usos das novas tecnologias pelos novos suplantava assim o discurso tradicional das crianças em risco. Em Portugal, os principais jornais e conotados com a “imprensa de referência” não apresentavam notícias sobre o tema, na linha do desinteresse já referido. No Reino Unido, os jornais de referência também não apresentavam notícias, enquanto os tablóides apresentavam notícias que enfatizavam matérias de risco num tom sensacionalista e de pânico moral. Em títulos de imprensa regionais e locais, e em revistas, foi encontrada mais alguma cobertura em Portugal e no Reino Unido, predominando em ambos os países o discurso do risco, mas oscilando com os meses no caso português (Hasebrink *et al.*, 2007)³.

De passivos a activos na experiência de riscos e oportunidades *online*

É perspectiva deste Projecto a de que os riscos e as oportunidades do acesso e das experiências *online* vividas por crianças não podem ser pensadas de forma dissociada. A fronteira entre oportunidades e riscos está muito longe de ser clara. Como escreve Livingstone (2007), muitas actividades encaradas como oportunidades por parte das crianças são consideradas de risco pelos seus pais e outros adultos e há mesmo quem considere que os adolescentes devem experienciar certos riscos como forma de aprendizagem de vida. Os dados da pesquisa, como aponta, mostram que à medida que as crianças adquirem cada vez mais capacidades como utilizadores da Internet, as suas experiências de risco e de oportunidades processam-se em paralelo, numa correlação positiva.

³ A continuidade da atenção à cobertura noticiosa deste tema nos *media* portugueses deu conta de um aumento da atenção aquando do Dia Europeu por uma Internet mais segura, a 7 de Fevereiro. Ao contrário do que acontecera em anos anteriores, onde a efeméride passara em silêncio, nesse dia a realização de fóruns de rádio e de televisão teve testemunhos de preocupação e de insegurança por parte de pais, sobre o tempo dispendido e conteúdos prejudiciais (pornografia) a que teriam acesso. Num ano marcado por grande visibilidade de notícias nacionais associadas a crianças (como o desaparecimento de Madrithe e as disputas do poder paternal, como o caso Esmeralda), a cobertura jornalística continuaria a pautar-se por uma relativa indiferença. A visibilidade adviria curiosamente da (des)conjugação entre a agenda política e agenda mediática, aquando do anúncio formal do reforço da rede escolar em recursos informáticos e outras medidas do Plano Tecnológico. O recurso a crianças como figurantes de alunos é a presença maciça de responsáveis ministeriais na distribuição de computadores pelo país acabaram por constituir o enquadramento dominante de “propaganda política”, anulando uma discussão substantiva sobre o acesso e uso de meios informáticos nas escolas, os modos de envolvimento e participação de professores, alunos, familiares e comunidade.

Ainda que de uma forma não acabada, os Quadros II e III procuram sistematizar diferentes tipos de risco (comerciais, agressivos, sexuais, valores negativos) e de oportunidades (aprendizagem, participação e vida cívica, criatividade, identidade e ligação social) que a vivência *online* pode activar. Esses quadros foram ainda construídos na perspectiva de atenção aos vários lugares onde é posicionada a criança. No discurso dominante dos adultos, esta tende a ser considerada sobretudo como recipiente, destinatária e vítima passiva de conteúdos que não procurou, contactando com eles por via ocasional e sugerindo que a solução (proteccionista) estaria num bloqueamento desses conteúdos. Se a primeira linha de células em cada quadro situa a criança como alvo de conteúdos preparados por outrem (adultos, sobretudo), as linhas seguintes destacam um maior protagonismo da sua parte, que não pode deixar de ser pensado em termos também dos seus direitos de participação social (cf. Art. 13º da Convenção): as experiências de intercâmbio, a criança enquanto parceira de uma relação de comunicação com outros, e a criança enquanto agente, com iniciativa na experiência *online*.

Quadro II – Riscos na relação *online*

RISCOS	COMERCIAIS	AGRESSÕES	SEXUAIS	VALORES ANTI-SOCIAIS
Foco: conteúdos Criança como alvo	Publicidade, <i>spam</i> , patrocínios, envio de dados pessoais	Conteúdo violento e incitação ao ódio	Conteúdo pornográfico ou indesejável	Conselhos racistas e enganadores
Foco: Contactos Criança como participante	Pressão/caça a dados pessoais	<i>Bullying</i> , assédio, devassa	Encontrar estranhos, ser seduzido	Ofensas ao eu, persuasão indesejada
Foco: Conduta Criança como actor	Pirataria, <i>downloads</i> ilegais	<i>Bullying</i> , assediar devassar	Criar e distribuir pornografia	Fornecer informação e conselhos enganadores

Fonte: EU Kids Online (www.eukidsonline.net)

Quadro III – Oportunidades na relação *online*

OPORTUNIDADES	APRENDIZAGEM	PARTICIPAÇÃO, VIDA CÍVICA	CRIATIVIDADE	IDENTIDADE E LAÇOS SOCIAIS
Foco: Conteúdo Criança como alvo	Websites de apoio a aprendizagens	Websites de apoio a participação	Websites que estimulam como ser criativo	Informação sobre saúde, valores, relações sociais
Foco: Contactos Criança como participante	Contactos que estimulam aprender em conjunto	Contactos que facilitam a participação	Contactos que estimulam a criatividade	Plataformas de partilha de interesses, comunidades
Foco: Conduta Criança como actor	Formas de aprendizagem iniciadas pela criança	Formas de participação iniciadas pela criança	Exercício da criatividade no online	Iniciar comunicação sobre questões relevantes

Fonte: EU Kids Online (www.eukidsonline.net)

Tanto em Riscos como em Oportunidades, os diferentes papéis que os jovens podem assumir (alvos, participantes ou actores) apontam para tipos diferentes de cobertura jornalística, para paradigmas distintos de retratar as situações. Assim, torna-se possível pesar não só as diferenças entre cobertura de riscos *versus* cobertura de oportunidades, mas também estudar de que forma se enquadram as crianças nesses mesmos riscos e oportunidades.

A fim de proceder ao levantamento da paisagem noticiosa deste campo, cada um dos 21 países participantes no estudo realizou uma análise de imprensa sobre dois jornais do seu país, num mesmo período temporal e segundo uma grelha previamente acordada. Os resultados comparados entre os 21 países estarão disponíveis em breve, mas partilham-se neste artigo as orientações metodológicas dessa análise e adiantam-se alguns resultados encontrados na imprensa portuguesa.

O período que se determinou analisar nos 21 países foi de 1 de Outubro a 30 de Novembro. Em Portugal, a equipa escolheu os jornais *Público* e *Correio da Manhã*, como forma de tentar ver as diferenças entre um jornal tido como “de referência”, e outro mais “popular”.

Foram usados critérios de codificação, como: *tom geral* da peça (a forma como a notícia é apresentada ao público, como positiva, negativa, uma mistura de ambas ou apenas descritiva); *centralidade* do tema na peça (foco principal ou secundário); *características, serviços ou possibilidades* da Internet (motores de pesquisa, jogos, blogs, partilha de vídeos, infra-estrutura, serviços móveis...); *origem geográfica* nacional ou internacional das notícias; *proveniência* das matérias noticiadas (estudos académicos, pesquisas de mercado; legislação, reacções...); *fontes de informação* (indústria da Internet, política, forças legais; organizações civis, investigadores...); *áreas temáticas* (aspectos legais/crimes; trabalho; educação; entretenimento; comércio; segurança...). Tratados em SPSS, a recolha destes indicadores fornecerá certamente padrões sobre os discursos dos *media* e para entender a forma como as novas tecnologias de informação são, em geral, apresentadas nos *media* europeus.

Estes aspectos podem também ser complementados por uma análise textual em maior profundidade de algumas das peças mais significativas encontradas em cada país, ou da comparação de como nos vários países os mesmos casos foram noticiados. Uma das linhas de análise qualitativa será a análise dos títulos e neste sentido todos os títulos foram traduzidos para inglês. Desta forma garante-se uma maior interoperabilidade dos dados obtidos, que permite ainda ver que estratégias discursivas são usadas nos títulos para captar a atenção dos leitores.

Notícias sobre o *online*:

uma contagem do risco institucionalmente combatido

De 1 de Outubro a 30 de Novembro, no conjunto dos dois jornais, foram encontrados 42 artigos que correspondem aos critérios de busca indicados, não tendo sido incluídas peças que mencionavam o tema de forma demasiado secundária. Foram incluídas apenas peças com uma influência significativa da Internet na vivência das crianças, que tanto

poderia ser de acção como de recepção. Apesar de ser um pequeno número, se tivermos em conta que em todo o ano de 2005 e em quatro jornais foram encontrados pouco mais de sete dezenas de peças, nota-se também aqui uma crescente atenção ao tema.

A maioria das peças encontradas vem do *Correio da Manhã* (23), contra 19 do *Público* (Caderno Principal, P2 e suplemento Digital, este levado também em consideração nesta contagem por ser especializado na área das novas tecnologias), na forma de notícias de pequena e média dimensão, sem particular visibilidade.

Foram quatro os acontecimentos que marcaram a cobertura noticiosa do tema nestes dois jornais neste período: nos primeiros dias de Outubro, a prisão de “Vico”, pedófilo e responsável pela circulação de imagens de crianças sexualmente abusadas na Internet; a captura pela Polícia Judiciária portuguesa de bastantes elementos de uma rede pedófila, e um tiroteio provocado por um estudante que se viria a suicidar, num liceu finlandês, na cidade de Tuusula, que trouxe à memória o episódio de Columbine, nos EUA e por fim o impedimento, por parte das forças policiais alertadas por fontes de informação como a Comissão de Protecção, de um alegado suicídio colectivo por parte de um grupo de jovens que utilizava a Internet (em especial o Orkut, um site de rede social, segundo noticiado na altura) como forma de encontrar informação e reforço para as suas actividades auto-mutilatórias.

A perseguição a “Vico” já durava há bastante tempo e foi graças à Internet que a polícia conseguiu capturá-lo: as contribuições da população depois da revelação da imagem do pedófilo (tecnologicamente conseguida) foram vitais para a identificação do criminoso, tendo inclusivamente dado lugar a um artigo de duas páginas no P2 com o foco na intervenção nas forças policiais e como usaram os efeitos da rede para fazer o seu trabalho. Para os propósitos deste artigo, o que é premente analisar é a forma como se faz a interacção entre as crianças e a Internet. A captura desse agente contribuiu de forma directa para uma almejada vitória sobre a ameaça sexual sobre crianças, na medida em que terminou com uma situação de exploração sexual a que as crianças estavam sujeitas. Nessa mesma linha de combate ao risco sexual, em Portugal, cerca de oitenta alegados pedófilos foram também detidos pela Polícia Judiciária, mas o assunto saiu rapidamente da agenda (no dia 10 de Outubro, a data da detenção, cada um dos jornais publicou uma peça sobre o caso) e foi ignorada nos dois jornais em análise que essa acção da PJ tinha já relação com a recentemente criada linha de denúncia por parte dos cidadãos (*hotline*) activada no âmbito do Programa InternetSegura. Perdeu-se assim uma oportunidade para contextualizar e mobilizar a atenção pública para esse Programa.

O caso da escola de Tuusula, a 8 de Novembro, foi o mais focado por ambos os jornais, especialmente em termos de *follow-up* associado ao ocorrido. No dia seguinte ao acontecimento, o *Público* editou duas peças, e o *Correio da Manhã* uma. Graças a acontecimentos semelhantes, repercussões do que se passou em Tuusula, os dias que seguiram foram pontuados por outros artigos que acabavam por fazer referência ao mesmo caso – um no *Correio da Manhã* e dois no *Público*.

Se a maioria das peças é de pequena ou média dimensão, nestes acontecimentos encontramos a atribuição de um maior espaço nas páginas do jornal. Exemplo disso é o artigo do *Público* de 13 de Novembro, alguns dias depois do acontecimento, que

relaciona o tiroteio de Tuusula com o de Columbine, e que aponta coincidências, como as referências musicais dos jovens que causaram os incidentes.

O escasso número de artigos encontrados nestes dois jornais leva à conclusão que a Internet e as crianças é uma temática que recebe ainda pouca atenção ou destaque editorial, excepto quando um acontecimento com especial valor-notícia vem perturbar de forma espectacular a aparente modorra que rodeia o assunto, olhando pelos olhos da perspectiva jornalística, e consegue permanecer em agenda por alguns dias. Entre estes quatro acontecimentos, o forte protagonismo do agente infractor como monstro (“Vico”, o pedófilo há muito perseguido, e o jovem suicida finlandês que dispara sobre colegas) é esse garante, ultrapassando o seu excesso de negatividade as vitórias das forças de segurança.

A classificação que envolvia distinguir entre assuntos nacionais, internacionais ou mistos, e que poderia parecer simples, revelou-se ocasionalmente problemática. Na verdade, certos artigos surgem como forma de reflectir uma determinada preocupação que surge devido a um acontecimento específico, ocorrido noutra local. Porém, a alusão a esse mesmo acontecimento poderá estar apenas subentendida ou até mesmo ausente – por conseguinte, torna-se relativamente inapropriado atribuir uma origem nacional a essa peça jornalística. Contudo, nota-se que a grande maioria dos artigos – 28 – continua a ter como referência principal algo que sucedeu no estrangeiro. Doze peças abordam matérias nacionais, mas metade delas relaciona-se com um único acontecimento: o alegado suicídio de grupo evitado por acção policial.

A análise debruçou-se também sobre a forma como os artigos retrataram a Internet: de forma positiva, negativa, mista ou simplesmente descritiva. Dos 42 artigos reunidos, apenas oito colocam o seu foco sobre as vantagens da interacção das crianças com a Internet, ou retratam os acontecimentos de uma forma positiva. Por outro lado, 18 dos artigos são totalmente negativistas e 15 são mistos. São os casos retratados de pedofilia/pornografia infantil relacionados com o *online* que explicam a maior parte dos 15 artigos mistos – mistos no sentido em que são as capturas dos criminosos que são noticiadas, o que é positivamente investido, mas onde a Internet é geralmente tida como um veículo de fácil disseminação de, por exemplo, imagens de pornografia infantil. O panorama geral coloca portanto um pendor tendencialmente negativista no que rodeia os acontecimentos relacionados com a *web*. Os poucos casos que contrariam esta tendência estão essencialmente ligados a notícias que aparecem no suplemento “Digital” do *Público*.

Com base nos Quadros II e III, procurou-se fazer o levantamento de quais as vantagens e desvantagens do uso da Internet que são mais mencionadas pelas peças. A importância desses quadros está na clara separação entre os diferentes papéis que as crianças podem assumir dentro de cada contexto: alvos, participantes numa relação ou actores/protagonistas. O ponto que mais merece destaque é de que nenhuma das peças mencionava conjuntamente riscos e oportunidades; além disto, notou-se uma desigualdade de abordagens temáticas bem evidente: 37 artigos aludem a riscos e apenas 5 falam de oportunidades postas à disposição das crianças por via da sua experiência *online*.

Dos 37 artigos sobre riscos, dois tópicos dominam claramente a agenda temática: o foco nos conteúdos, a criança como alvo de conteúdo sexual pornográfico ou indesejá-

vel (quase metade das referências a risco) e o foco na conduta, a criança agente, actor de violência e agressividade. Não tiveram expressão riscos como exposição a conteúdos comerciais (publicidade, *spam*, envio de dados pessoais), a sua participação nesse risco (pressão e caça de dados pessoais), a criação ou distribuição de pornografia. As restantes células do Quadro II tiveram valores residuais. A criança vítima de conteúdos (indefesa, sobretudo) e a criança agente, o sujeito desviado da imagem de inocência e fragilidade associada à infância (o jovem delinquent) sobressaem assim face à construção mais complexa e dinâmica das interações em rede, com a (des)focagem nos contactos e na criança como participante.

Quanto a vantagens e oportunidades da Internet (Quadro III) não é possível apontar qualquer tendência predominante, com base nos dados disponíveis, que são residuais (uma, duas referências no máximo) e se concentram num pequeno e sumário artigo, publicado no Suplemento Digital do *Público*. Esse breve artigo dava conta do potencial de uma nova plataforma de cooperação *online*, e apontava vantagens ao nível da criatividade e inovação dos jovens em vários contextos. De referir ainda que nenhuma referência foi encontrada sobre a criança enquanto actor capaz de iniciar a comunicação sobre questões relevantes, no âmbito das oportunidades da Internet na criação de identidade e laços sociais.

A investigação não podia deixar de se debruçar sobre quais os pontos de vista representados pelas peças. A par do tom e do papel das crianças dentro da construção noticiosa, este elemento permite mais claramente entender qual a relação entre os *media* e os acontecimentos que reportam. As conclusões são claras: 22 artigos usam como fonte algum tipo de representante legal ou a polícia. Apenas oito dos artigos contam com as próprias crianças como fontes que auxiliam a construir as peças. Assim, um olhar preliminar pelos resultados estatísticos aponta na direcção de um discurso do risco, que é essencialmente uma realidade exterior e repetitiva, enquanto que em Portugal pouco mais existe para além de operações policiais de grande calibre e bem-sucedidas. O sistema institucionalmente definido é quem ocupa o lugar de discurso e é quem administra os comportamentos tidos como correctos e aceitáveis.

Problematizando os resultados

– a dependência dos *scripts* e do normativo social

Apesar de a amostra ser relativamente pequena (quando se olha para os números relativos a cada país), as conclusões que se podem retirar não contradizem os dados previamente existentes e serão, com alguma certeza, extensíveis ao panorama dos jornais de circulação nacional. Uma análise textual profunda de várias peças está para além do âmbito deste artigo, mas os números apresentados são uma panorâmica geral que permite caracterizar a cobertura mediática do campo de intersecção entre a Internet e as crianças.

E as conclusões são tudo menos lisonjeiras para os *media* portugueses. O campo da Internet é visto ainda como sendo de franja, e vem ao de cima associado a uma temática primária (pedofilia/pornografia infantil/crimes) ao invés de se destacar e demarcar de forma clara.

Numa clara apologia do insólito e do chocante (que se processa essencialmente no estrangeiro), a cobertura mediática portuguesa parece estar alheia das potencialidades da Internet. Poderá argumentar-se que os *media* portugueses insistem em ver a Internet como um espaço, vazio, que se preenche com acontecimentos vindos do mundo real, ao invés de uma ferramenta de produção – produção de conteúdos, produção de sentidos e potencialidades. Quer seja vista como um veículo transmissor de dados originários do mundo físico (pornografia infantil), quer um veículo de informação que conduz a actos prejudiciais (informação sobre automutilação), a Internet carece de uma identidade bem definida e de um entendimento claro, por parte dos *media*, do seu dinamismo específico. Ou então, como é o caso das referências ao YouTube aquando do tiroteio em Tuusula, há quase invariavelmente uma conotação negativa.

Todas as considerações que se podem tecer sobre os efeitos (positivos e negativos) da Web 2.0 reduzem-se muitas vezes a artigos como “O que é o Orkut? Uma rede de «amigos» com alguns problemas” (*Público*, 21/11/07). Há uma codificação de certos termos ou recursos estilísticos (nomeadamente o uso mais ou menos feliz da palavra “rede” ou de aspas quando tal é perfeitamente desnecessário ou tendencioso) – os *scripts* de que fala Teun van Dijk (1994) – que acabam por limitar e mesmo impedir um desenvolvimento positivo da imagem que é projectada pelos *media*. Textualmente, a indefinição a que se assiste quando se fala da Internet aponta para conhecimentos pouco exactos, o que também pode ser explicado pelo enquadramento geral da maioria dos artigos: pornografia infantil e a sua subsequente partilha *online*. O YouTube aparece associado à produção de conteúdo negativo; o Orkut aparece ligado à troca de informações prejudiciais.

Porém, mesmo o conjunto de possíveis perigos que advêm do uso incorrecto da Internet não é apropriadamente espelhado nos artigos, e poucas são as chamadas de atenção para esse mesmo problema. Uma excepção notável pode encontrar-se no artigo de 10/10/07 do *Correio da Manhã* que acompanhou a captura de cerca de 80 alegados pedófilos, “Um grande número de menores”, em que um representante da polícia alerta para a necessidade de alguma supervisão parental, já que os menores de 18 anos são, segundo as informações de que dispõe, dos maiores consumidores de pornografia infantil. A abordagem aqui poderá ser sobre um aspecto negativo da utilização, mas encontra-se devidamente enquadrada e chama a atenção para algo que, à partida, será pouco divulgado – foi a única referência a tal dado encontrada em todos os artigos (dos quais, convém relembrar, uma boa parte é sobre conteúdos sexuais problemáticos) e centralizado nas posições da criança enquanto vítima passiva de conteúdos que não procura – na construção de uma inocência assexuada.

O *Público*, por outro lado, preferiu criar uma distanciação artificial entre público-alvo e crianças como agentes passivos, com a sua peça “Devemos preocupar-nos quando eles navegam?” (22/11/07) – o elemento “nós” (os pais, educadores e afins) fala sobre o elemento “eles” (as crianças), um elemento ausente da experiência jornalística a não ser como receptor de medidas de controlo sobre comportamento indesejado. Para além dos pressupostos óbvios – que os jovens não lêem jornais – o simples facto de surgir a menção à preocupação gera preocupação (por efeito performativo da notícia);

além do mais, o artigo prefere preocupar-se essencialmente com riscos. Fica a questão: o artigo não seria necessariamente diferente se a procura de subjectividade jornalística guiasse de forma mais definida os conteúdos? A procura dos valores-notícia mais pungentes não estará aqui a ser feita a expensas dos princípios deontológicos, utilizando uma formulação baseada numa posição de poder e definição do “outro” como objecto? A ressaltar parcialmente a questão (mas ainda dentro da ideologia geral do controlo), este artigo encontra-se junto de um outro, cujo título é “Filtros ajudam a proteger mas não substituem pais”, e que está subordinado ao primeiro, demonstrando assim uma menor preocupação com uma intervenção positiva e proactiva por parte dos educadores. Este é um dos poucos artigos cujo tom é bastante mais positivo mas, de forma quase contraditória, vem novamente basear-se nas mesmas preocupações do anterior, deixando de lado as vantagens do próprio uso da Internet, que poderão contribuir para uma melhor educação para os *media* – um elemento fundamental quando a preocupação é desenvolver boas práticas *online* nos jovens – e continuando a retratar os jovens como receptores de um modelo disciplinar a ser estabelecido e cristalizado pelos *media*.

O panorama não se torna mais animador quando se consideram as fontes utilizadas: as referências à polícia sucedem-se, transformam-se numa fonte quase absoluta e contribuem para o desequilíbrio do retrato mediaticamente construído da Internet e para a supremacia da criança-alvo ou da criança-transgressora, como anteriormente mencionado.

Este ponto convida a uma paragem para reflectir sobre o funcionamento interno dos *media*. No que diz respeito à cobertura deste tema (e que permite também explicar o porquê de uma tal semelhança entre dois jornais que são, em estilo e política editorial, fundamentalmente diferentes), o tamanho reduzido das peças denuncia uma importância relativamente pequena dos acontecimentos que estão relacionados com a Internet e portanto o recurso quase exclusivo aos telexes de agência para fazer a cobertura. Estes privilegiam essencialmente as fontes institucionais, mais facilmente contactáveis e mais correctamente equipadas para lidar com os *media* do que, em geral, as crianças. As excepções a esta relação, já referidas, coincidem com acontecimentos cujo interesse na escala de valores-notícia ultrapassa largamente o dos outros artigos sobre Internet e crianças, onde se tem o cuidado de recorrer a múltiplas fontes, de forma a criar um artigo que se pretende mais complexo e completo. Se há um artigo (do *Correio da Manhã*) que se centra em boa parte nas declarações de um jovem, intitulado as suas palavras em discurso directo – “Eu corto-me. Qual é o problema?” (22/11/07) – artigos semelhantes mas de pendor menos tenebroso não foram encontrados.

Podem então dizer-se que os meios de comunicação de massas analisados ignoram os aspectos positivos da Internet? A resposta é claramente ambígua. Três dos cinco artigos que adoptam como elemento principal as oportunidades que a Internet abre às crianças estão incluídos no suplemento “Digital” do *Público*. Entende-se assim que as oportunidades têm apenas interesse para um sector especializado dos leitores (já que o suplemento tem um público-alvo diferente do corpo principal do jornal), enquanto que para a esmagadora maioria dos consumidores dos *media* apenas os riscos são cativantes o suficiente para merecerem real atenção. Mediante uma problematização crítica deste

facto, pode dizer-se que o discurso dos riscos funciona dentro de um *script* simplificado e geral, enquanto que as vantagens parecem requerer algum tipo específico de conhecimento que, do ponto de vista dos órgãos em questão, não entra dentro dos pressupostos de conhecimento do público-alvo. Porém, ao alimentar esta elitização do discurso positivo em torno das oportunidades que a Internet abre, os *mass media* não estarão a reforçar a dificuldade de acesso do público em geral a essa informação, criando um ciclo vicioso que redundará numa pior educação para os *media*, tanto para educadores como para crianças, bem como num aumento do fosso cognitivo entre estes?

Esta atitude deixa portanto pouco espaço de manobra entre os lugares-comuns de vitimização e criminalização, os dois pólos em torno dos quais os *media* organizam a sua gestão discursiva do risco. Na sua base, encontra-se uma incompreensão da medida em que a Internet vem configurar uma mudança paradigmática na forma como o comum cidadão – e aqui os jovens não só se incluem como, na verdade, ganham um especial destaque – produz os mais diversos tipos de conteúdo, pela forma como se relaciona intuitiva e organicamente com os novos *media*. O crime rodeia a experiência da Internet que, por sua vez, se subordina aos acontecimentos que tenham repercussão física directa no “mundo real”. Neste ponto, o discurso jornalístico não se afasta da já referida estratégia de gestão dos medos colectivos que têm a sua base no tecido social, e o seu reforço e eco nos *media* – o facto de incluir um grupo tipicamente caracterizado como sendo especialmente frágil apenas serve para amplificar mais este efeito. A situação complexifica-se quando este suposto grupo de risco é a origem directa dos acontecimentos (negativos) – o *script* obriga a que se identifique um grupo nefasto contra o qual a sociedade tem que se proteger, e é então criada a figura do jovem inconformado, socialmente alheado, um Outro que não tem nada que ver com o que é suposto ser a sua identidade. Porque o panorama mediático não está equipado para lidar com a criança como actor, a criança deixa subitamente de o ser nos termos em que normalmente se constrói a figura da criança. Esta alter-criança está fora do tecido social, ataca-o, e deve despertar nos pais (as figuras a que se reduzem os educadores) um instinto – e uma prática – de controlo e protecção, os elementos que retornam o fluxo narrativo ao *script* original.

Em suma, é necessário que os *media* trabalhem no sentido da sua auto-regulação ou, mais exactamente, no sentido da sua autocrítica. A prática jornalística deve procurar realizar um processo interno de meta-jornalismo, de forma a identificar quais os protótipos discursivos que estão presentes na sociedade e poder, a partir daí, fornecer um ponto de vista equilibrado e onde o contraditório tenha espaço dentro do debate racional mediado. O panorama actual limita-se a repercutir e ampliar os efeitos já discutidos e, como referido, a mover a retórica das oportunidades para fora do enquadramento *mainstream*, em direcção a uma elitização que passa pela construção de uma falsa complexidade temática que tem por detrás a marca de inexistência de um *script* que englobe a situação. Contra isso, impõe-se analisar mais profundamente de que formas se podem os *mass media* interessar pela divulgação de oportunidades que são, em última instância, o motor, berço e veículo de uma cidadania pós-moderna, tecnológica e de dispersão de lugares discursivos.

Bibliografia

- Altheide, D. L. (2002). Children and the Discourse of Fear. *Symbolic Interaction*, 25(2), 229-250.
- Carey, J. W. (Ed.). (1988). *Media, Myths and Narratives. Television and the Press*. Londres: Sage.
- Hasebrink, U., Livingstone, S., Kirwill, L., & Ponte, C. (2007). Comparing Children's Online Activities and Risks across Europe: A preliminary report comparing findings for Poland, Portugal and UK [Electronic Version].
- Livingstone, S. (2004). Media Literacy and the Challenge of New Information and Communication Technologies. *The Communication Review*, 7, 3-14.
- Livingstone, S. (2007). *Mapping the possibilities for beneficial online resources for children: Issues of trust, risk and media literacy*. Comunicação apresentada na Conferência More Trust in Contents – the potential of co- and self-regulation in digital media, Leipzig, Germany.
- Ponte, C. (2005). *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ponte, C. (2007a). Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no Público e Diário de Notícias em 2000 e 2005. *Media & Jornalismo*, 11, 51-72.
- Ponte, C. (2007b). Notícias sobre crianças, risco e ansiedade social. In M. M. Vieira (Ed.), *Escola, Jovens e Média* (pp. 21-66). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Dijk, T. A. V. (1993). El estudio interdisciplinario de las noticias y el discurso (d. o. e. i. J. Soler, Trans.). In K. B. Jensen & N. W. Jankowski (Eds.), *Metodologías Cualitativas de Investigación en Comunicación de Masas* (pp. 135-148). Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.